EMBAIXADA DE ANGOLA

LISBOA-PORTUGAL

SERVIÇOS DE IMPRENSA

RESENHA DE IMPRENSA

22 de Abril 2021

IMPRENSA

ANGOLA

Agência Angola Press

QUINTA- FEIRA, 22 DE ABRIL 2021

João Lourenço agradece solidariedade de Portugal

Luanda - O Presidente da República, João Lourenço, agradeceu ao seu homólogo de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, e ao primeiro-ministro português, António Costa, pelo gesto de solidariedade para com os angolanos vítimas das últimas chuvas.

O Chefe de Estado expressou os agradecimentos em nome do povo angolano, na última quarta-feira (21), na sua conta do Twitter. De recordar que as chuvas da última segunda-feira (19) provocaram, em Luanda, 24 mortos, três feridos, duas mil e duzentas e 89 residências inundadas, bem como duas mil e trezentas e 44 famílias desalojadas, segundo a Comissão Provincial de Protecção Civil e Bombeiros.

Os dados disponíveis indicam que as chuvas causaram, igualmente, a destruição parcial de duas pontes, a queda de 58 árvores, inundação de 14 escolas, quatros centros de saúde e quatro pontes, além do transbordo de nove bacias de retenção. *(ANGOP)++++*

Preparação do OGE 2022 inicia em maio próximo

Luanda - O Executivo angolano inicia, em Maio próximo, a preparação da proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2022. , um processo que vai conduzir a sua promulgação, em Dezembro, pelo Presidente da República, após a sua discussão e aprovação pela Assembleia Nacional.

A preparação do OGE envolve as unidades orçamentais do Executivo, sendo um processo que culmina com a sua promulgação, pelo Presidente da República, em Dezembro do corrente ano, depois de discutido e aprovado na Assembleia Nacional.

De acordo com a directora nacional do Orçamento do Ministério das Finanças, Nicole Lemos Mvuayi, já se está a trabalhar nas instruções de elaboração do orçamento para 2022. Para o OGE 2022, pretende-se fazer com que o munícipe participe também e directamente nas escolhas dos projectos, programas e despesas, a serem canalizadas e que reflictam as suas preocupações e necessidades.

Dirigindo-se nesta terça-feira, aos estudantes da Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto, durante a apresentação do "Orçamento Cidadão 2021", referiu que, para 2022, para além da elaboração do orçamento participativo, auscultando as comunidades, está previsto o "Orçamento do

Munícipe", no quadro do programa de combate à pobreza, em curso em Angola. No referido orçamento, que actualmente contempla a inscrição de 25 milhões de kwanzas, atribuídos mensalmente aos municípios, os munícipes vão decidir livremente, que projectos, na sua comunidade, deverão ser inscritos no da administração municipal.

"Os projectos deverão ser escolhidos pelos munícipes e depois serão geridos pelos comités técnicos de gestão, ou seja, serão entes que serão formados a nível dos comissões de base (bairros) e estes, por sua vez, junto da administração municipal, vão trazer a proposta do projecto da comunidade, para ser inserido no orçamento em sede do conselho de auscultação municipal", explicou.

Segundo Nicole Mvuay, o que se quer é que todos os cidadãos participem cada vez mais, na elaboração do orçamento, desde a preparação, fase de execução e fiscalização. Aprovado em Dezembro de 2020, o Orçamento Geral do Estado 2021 prevê despesas e receitas de 14.7 biliões de kwanzas, tendo como referência do preço do barril do petróleo 39 USD.

O orçamento em execução contempla verbas para a saúde de 841,5 mil milhões de Kwanzas (5,6%) e para a educação um bilião, nove mil milhões de Kwanzas (6,83%), perfazendo ambos os sectores um peso aproximado de 12,5 por cento do OGE 2021. *(ANGOP)++++*

Assembleia Nacional debate papel da comunicação social

Luanda - A Assembleia Nacional (AN) debate quinta-feira, em plenária ordinária, o papel da Comunicação Social na consolidação do estado democrático de direito. O tema foi proposto pelo grupo parlamentar da UNITA. O MPLA anuiu ao debate e apelou que se faça numa perspectiva pedagógica e num ambiente mais abrangente.

A agenda de quinta-feira contempla 16 pontos, com destaque para a votação, na generalidade, das Propostas de Lei de Reprodução Humana Medicamente Assistida e do Voluntariado.

Os legisladores vão, também, discutir e votar os projectos de resolução dos Relatórios de Execução do Orçamento Geral do Estado (OGE) referente ao I, II e III trimestres de 2020. Na Reunião Plenária Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da IV Legislatura vão à votação final global as Propostas de Lei sobre o Imposto de Consumo e sobre o envio de Contingentes Militares e Para-militares Angolanos ao Exterior.

Vai igualmente à discussão e votação o Projecto de Resolução para a Ratificação do Acordo de Cooperação entre a República de Angola e do Reino de Espanha em matéria de Segurança e Combate à Criminalidade.

Esse acordo de cooperação torna a Espanha num parceiro estratégico de Angola em matéria de segurança e combate à criminalidade, tendo em conta a real capacidade operativa e os meios técnicos e tecnológicos desse país europeu no que concerne à segurança, prevenção e combate aos ilícitos criminais. *(ANGOP)++++*

Protecção civil aponta 24 mortes causadas pela chuva em Luanda

Luanda - O número de mortos da chuva, que caiu em Luanda, na manhã de segunda-feira, subiu de 14 para 24, segundo a Comissão Provincial de Protecção Civil e Bombeiros. O documento distribuido nesta quarta-feira à imprensa informa que o município de Cacuaco registou dez mortes, Luanda cinco, Viana, Cazenga e Kilamba Kiaxi, três cada um.

Dados disponíveis indicam que as chuvas, que duraram cerca de sete horas, provocaram 24 mortos, dois feridos, 2.289 residências inundadas e 2.344 famílias desalojadas. A chuva, que começou às 5h00 da manhã, danificou ainda pontes, derrube de árvores e o transbordo de várias bacias de retenção.

O número de feridos subiu de dois para três

Consta também do comunicado, apresentado depois da reunião de balanço orientada pela governadora de Luanda, Joana Lina, na qualidade de coordenadora da referida Comissão, 14 escolas inundadas e duas pontes destruídas parcialmente.

Segundo a nota, são também consequências da chuva, a inundação de quatros centros de saúde, o mesmo número de pontes, a queda de 58 árvores e o transbordo de nove bacias de retenção. (ANGOP)++++

Angola quer lapidar 20 por cento da produção de diamantes

Dundo – O ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, Diamantino de Azevedo, disse (quarta-feira), no Dundo, província da Lunda Norte, que o país pretende lapidar 20 por cento da produção de diamantes, com a expansão de fábricas de lapidação nas zonas de exploração do mineral estratégico.

O ministro manifestou tal pretensão durante um encontro com os operadores mineiros na Lunda Norte, sublinhando que 99,5 por cento da produção de diamantes em Angola é exportada em bruto, o que permite que o Estado arrecade menos receitas.

Por este motivo, o governante adiantou que a intenção de lapidar a referida quantidade se poderá materializar a médio e longo prazos. A propósito, referiu que, nos últimos quatro anos, foram instaladas, três fábricas de lapidação, propriamente em Luanda.

Disse que este ano será inaugurado o polo de desenvolvimento diamantífero em Saurimo, província da Lunda Sul, com a capacidade para albergar, no futuro, 26 fábricas de lapidação, através de investimentos privados. Após sua inauguração, o polo vai contar com uma fábrica de lapidação, elevando para quatro o número de lapidadoras em Angola.

Diamantino de Azevedo adiantou que mesmo quando se conseguir as 26 fábricas no polo de Saurimo, Angola vai lapidar 10 por cento da sua produção, acrescentando mais valor aos diamantes e no futuro apostar na indústria da joalharia.

Anunciou na ocasião, a construção, ainda este ano, de uma fábrica de lapidação no município de Chitato, na Lunda Norte, através de um investimento privado, avaliado em 20 milhões de dólares norte-americanos. A futura infra-estrutura, segunda na região leste, vai gerar 450 empregos directos e indirectos na província.

A concretização destes projectos, conforme o governante, vai contribuir na redução dos custos operacionais das empresas diamantíferas, porque vão reduzir os níveis de exportação dos diamantes para serem lapidados no exterior. Actualmente, a Endiama controla 12 minas em funcionamento, divididas entre grandes e pequenos projectos, nove dos quais são aluviões e três kimberlitos.

Os diamantes representam, a par do petróleo, uma das principais fontes de receitas do Orçamento Geral do Estado (OGE), sendo que a sua exploração provém, em maioria (98 por cento), de depósitos de kimberlitos. (ANGOP)++++

JORNAL DE ANGOLA On Line

QUINTA– FEIRA, 22 DE ABRIL 2021

João Lourenço lamenta morte do presidente do Tchad

O Chefe de Estado angolano, João Lourenço, lamentou, a morte do Presidente da República do Tchad, Idriss Déby Itno, ocorrida terça-feira (20), depois de ferido em combate.

Em mensagem de condolências endereçada ao Presidente do Conselho Militar de Transição daquele país, Mahamat Idriss Déby, o Estadista angolano expressa que foi surpreendido por este acontecimento, que retira de forma trágica do convívio uma personalidade de grande estatura política, que soube assumir posições de liderança firme como Chefe de Estado, nos

processos complexos que se desenrolam na Região do Sahel e na África Central. "Tenho o doloroso dever de vos apresentar, em nome do Executivo angolano e no meu próprio, as nossas mais sentidas condolências pela morte de Sua Excelência Idriss Déby Itno, Presidente da República do Tchad", lê-se na mensagem.

João Lourenço refere que, com a morte de Idriss Déby Itno, perdeu-se um estadista africano empenhado na construção de uma África forte, coesa, independente e voltada para o desenvolvimento e progresso social dos seus povos.

"Peço à vossa excelência que estenda os meus sentimentos de pesar à família enlutada e às pessoas mais chegadas do malogrado. Queira aceitar a expressão dos meus sentimentos de solidariedade nesta hora de dor e luto para a vossa nação", referiu o Chefe de Estado.

Idriss Déby Itno, cujo país é um dos Estados Membros da CIRGL, faleceu esta terça-feira em resultado de ferimentos graves em combate, um dia depois de ter sido declarado vencedor das eleições presidenciais de 11 deste mês. Nascido em Berdoba (Tchad), aos 18 de Junho de 1952, o marechal Idriss Déby era Presidente Tchad desde 1990 e líder do Movimento Patriótico de Salvação. (JA)++++

Executivo pede denúncia de agentes que dificultam operadores económicos

O inspector-geral da Administração do Estado, Sebastião Gunza, garante levar à Justiça funcionários e agentes públicos, incluindo aqueles que fiscalizam a actividade económica, que incomodarem, amordaçarem, interpelarem injustificadamente e criarem situações para tirarem vantagens indevidas aos operadores económicos.

Ao intervir, nesta terça-feira (20), num encontro com o ministro da Indústria e Comércio, Victor Fernandes, o inspector-geral da Administração do Estado disse que, as práticas menos correctas de funcionários e agentes públicos, chegaram ao conhecimento do Presidente João Lourenço, que, preocupado com

a situação, os mandatou, no sentido tomarem as medidas necessárias para garantir a devida protecção aos empresários. Sebastião Gunza sublinhou que a decisão faz parte das medidas em curso para estabelecer em Angola um ambiente salutar de negócios.

"Doravante, sempre que se encontrarem perante um funcionário ou agente público que pretenda vos extorquir ou, de alguma forma, dificultar a vossa actividade para ganhar vantagens indevidas, devem denunciar o facto à Inspecção-Geral da Administração do Estado (IGAE), discando gratuitamente para o número 119", disse o inspector-geral da Administração do Estado que colocou-se, ainda, disponível para receber outro meio de denúncias dirigida ao seu gabinete.

Ao mesmo tempo que pediu união de todos contra os actos abusivos e ilegais que emperram a actividade empresarial e o desenvolvimento económico e social do país, Sebastião Gunza apelou aos empresários a denunciarem sem receios, pois a IGAE, na sua actuação, garante o sigilo e a protecção necessária ao denunciante.

No encontro de trabalho, que contou com a presença do inspector-geral da Autoridade Nacional de Inspecção Económica e Segurança Alimentar (ANIESA) e de empresários, Sebastião Gunza lembrou que a actividade empresarial, em Angola, é regulada por lei.

O inspector-geral reconheceu que, na cadeia de criação de empresa, licenciamento da actividade, produção, compra ou importação de produtos até à comercialização, intervêm instituições sérias, mas que, constituídas por homens, alguns desprovidos de bom senso e com inclinação para a prática de actos menos abonatórios que prejudicam a actividade dos operadores económicos.

De acordo com o ministro Victor Fernandes, a temática abordada com o Inspecção-Geral da Administração do Estado é de grande relevância, considerando especialmente o conjunto de reformas positivas em curso na Administração do Estado, que

visa tornar o cumprimento das leis prática constante. Victor Fernandes considerou o encontro "produtivo" e referiu que a questão da probidade administrativa e o combate à corrupção são uma realidade, para qual todos são chamados a colaborar, devendo, por isso, existir um pleno alinhamento de actuação entre os órgãos que intervêm na actividade inspectiva. (JA)++++

Edifícios apreendidos podem ser reabilitados através de parcerias público-privadas

A Comissão para a Política Social recomendou, hoje (21), o recurso às parcerias público-privadas para a reabilitação dos edifícios apreendidos pela Procuradoria-Geral da República na Urbanização Vida Pacífica e no KK5000, no âmbito da recuperação de activos do Estado.

Ao ser informado sobre o processo, na reunião de hoje, orientada pela ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira, a Comissão para a Política Social concluiu que, "tendo em conta o estado de vandalização das habitações, desaconselha-se a sua recuperação pelos futuros utentes", recomendando que o Estado assegure a sua recuperação com recurso às parcerias público-privadas. (JA)++++

BNA celebra acordos com universidades no domínio da investigação científica

O Banco Nacional de Angola (BNA) celebrou, entre os dias 15 e 21 do corrente mês quatro protocolos de cooperação no domínio da investigação cientifica com distintas organizações angolanas, com destaque para três instituições do Ensino Superior.

Os acordos foram assinados com representantes das Universidade Agostinho Neto (UAN), do Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências (ISPTEC), do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC/UCAN) e da Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações (AIPEX).

"Pretende-se incrementar acções de investigação científica em matérias de economia e finanças, a promoção do diálogo e a partilha de conhecimentos no domínio das ciências económicas", lê-se num comunicado no site daquela instituição bancária.

Já o acordo rubricado com a AIPEX visa a definição de bases para o aprimoramento dos mecanismos de cooperação em matéria de regulação, supervisão, estatística e assistência técnica, bem como a criação de condições que contribuam para a eliminação e diminuição de duplicações de exigências regulatórias

A assinatura dos acordos, contou com as presenças do presidente do Conselho de Administração da AIPEX, António Henrique da Silva, Reitor da Universidade Agostinho Neto, Pedro Magalhães, director Geral do ISPETEC, Marcílio dos Santos e do Vice-Reitor da Universidade Católica de Angola, Jerónimo Cahínga, bem como de membros do Conselho de Administração e do Corpo Directivo do BNA. *(JA)*++++

Ministro garante dinamização da actividade diamantífera

A Transferência das sedes da Fundação Brilhante e da Endiama Minning para a cidade do Dundo , capital da Lunda Norte, representa uma nova dinâmica para o sector dos diamantes, afirmou quarta-feira (21), o ministro dos Recursos Minerais , Petróleo e Gás, Diamantino de Azevedo.

Falando à imprensa depois de proceder à inauguração das referidas sedes, o ministro Diamantino Azevedo referiu que o facto representa o cumprimento das promessas do Presidente da República João Lourenço sobre a necessidade de se aproximar as actividades sociais e produtivas das instituições do sector, junto das comunidades.

Na companhia do Governador Provincial da Lunda Norte, Ernesto Muangala e do Presidente do Conselho de Administração (PCA) da Endiama, Ganga Júnior , o ministro sublinhou que pretende-se com a transferência , dinamizar os projectos sociais do grupo Endiama nas áreas de exploração e a

proximidade com os governos provinciais. " Não se trata apenas de uma inauguração, mas também de uma verdadeira transferência que representa a dinamização da actividades e da promessa do Presidente da República de que devíamos trazer mais próximo para as comunidades e dos governos provinciais as instituições que desenvolvem a actividade diamantífera" , disse o ministro.

Mina do Luaxe

Com a transferência da sede da Endiama Minning para a cidade do Dundo , pretende-se dar continuidade aos trabalhos de investigação geológico mineiro do kimberlito do Luaxe, na Província da Lunda Sul com vista à sua entrada em funcionamento prevista para o ano 2024.

Numa mensagem à propósito da transferência da sede Endiama Minning , o director-geral da instituição, Pedro Galiano referiu que fazer evoluir os modelos de gestão e de negócios através do desenvolvimento de soluções sustentáveis , será um dos grandes focos para se redescobrir os processos de exploração mineira. (JA)++++

NA IMPRENSA PORTUGUESA

21 de abril 2021

Erro de jornalista motiva queixa da Embaixada de Angola em Portugal

Pivot referiu-se a João Loureiro, antigo presidente do Boavista, como o Presidente de Angola, João Lourenço. Um erro da pivot da TVI24 Conceição Queiroz, na edição da manhã de

domingo, levou a que a Embaixada de Angola em Portugal apresentasse uma queixa formal junto do canal, que emitiu depois uma retificação no noticiário da tarde.

A jornalista cometeu a gaffe quando apresentava uma peça sobre o facto de as autoridades brasileiras terem afastado qualquer suspeita de João Loureiro sobre o caso do avião descoberto com droga - uma notícia, aliás, avançada pelo Nascer do Sol. Mas Conceição Queiroz, em vez de se referir a João Loureiro como antigo presidente do Boavista, identificou-o como Presidente de Angola, tendo insistido no erro pelo menos mais uma vez, voltando a falar em Presidente angolano.

Sublinhe-se que no teleponto estaria escrito explicitamente ex-presidente do Boavista. O caso gerou alguma perplexidade na estação, pois não há qualquer relação entre a peça jornalística em causa e Angola.

21 Abril 2021

Portugal está a discutir acordos sobre vistos e mobilidade jovem com Angola

Portugal está a discutir com Angola acordos para facilitação de vistos e sobre mobilidade jovem, anunciou hoje a secretária de Estado das Comunidades portuguesa, que abordou estes assuntos com as autoridades angolanas.

Em entrevista à Lusa após uma visita de cinco dias a Angola Berta Nunes disse que há toda abertura da parte portuguesa, estando a decorrer trabalhos para a assinatura de um memorando de entendimento a ser assinado provavelmente aquando da cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), prevista para julho próximo, em Luanda.

"Iremos ver se é possível para facilitar a mobilidade jovem entre Portugal e Angola, no sentido de os jovens poderem ir estudar e trabalhar durante períodos curtos em Portugal ao abrigo desse memorando jovem", disse Berta Nunes.

Segundo a secretária de Estado das Comunidades, os dois Governos estão muito empenhados no acordo que já foi dado pelos ministros dos Negócios Estrangeiros, o Acordo de Mobilidade dentro da CPLP, no sentido de progressivamente se construir uma cidadania CPLP.

A governante portuguesa sublinhou que este é um trabalho que tem de ser feito de forma a que também haja um acordo entre os países e que progressivamente vá sendo cada vez mais alargado e a facilidade de mobilidade cada vez mais aprofundada.

"Mas é um trabalho que tem que ser feito bilateralmente e que tem de facto que ser aprofundado e tudo isto é feito também com cautelas, com cuidados, mas, na verdade, o nosso objetivo e a nossa vontade é que se aprofunde essa facilitação da mobilidade, não só bilateralmente, mas no espaço da CPLP", disse.

Berta Nunes frisou que a cooperação com Angola é muito importante e ficou reafirmada nos vários encontros que teve com as autoridades angolanas, nomeadamente na área da educação, formação de professores ou formação profissional.

A governante disse que estão em curso em Angola o Programa Saber Mais, que já vai na terceira fase, para a qualificação e formação de professores, o projeto da formação profissional muito dirigido aos jovens e não só, bem como o projeto de resiliência e segurança alimentar, com pequenos produtores, que se está agora a iniciar, com um financiamento alto, além da cooperação na área da defesa e justiça.

"Por isso, a cooperação é importante para Portugal e a cooperação mais importante que Portugal tem no âmbito da CPLP é realmente com Angola e foi-nos também manifestada a expetativa positiva e o interesse que Angola tem nesses vários projetos de cooperação, que são sempre desenhados em articulação com as autoridades angolanas", disse.

Berta Nunes frisou que Angola é um país com muitas potencialidades a vários níveis, lembrando que as autoridades angolanas têm tomado medidas no sentido de facilitar e atraírem o investimento.

"E nós estamos também bastante atentos a estas medidas, até porque temos aqui bastantes empresas que querem continuar e temos outras empresas portuguesas que querem investir em Angola", disse. Questionada sobre se abordou com as autoridades angolanas a questão das dívidas do Estado angolano às empresas portuguesas, Berta Nunes disse que o assunto ainda não está completamente encerrado, mas tem feito progressos.

A secretária de Estado das Comunidades fez um balanço positivo da sua visita de cinco dias a Angola, a primeira deslocação que fez ao país, com passagem pelas províncias de Benguela e da Huíla.

"Como secretária de Estado das Comunidades fico muita satisfeita com esta visita, tivemos a oportunidade de inaugurar o consulado honorário do Lubango, temos já publicada a nova cônsul que foi nomeada cônsul honorária no Lubango", disse Berta Nunes, realçando que a comunidade de Lubango, atualmente servida por Benguela, vai evitar deslocações para atos consulares.

Para Benguela, Berta Nunes apontou como novidade o compromisso de começar a construir o edifício do consulado naquela província do litoral sul do país, que neste momento está numas instalações arrendadas.

No diálogo com a comunidade em Benguela, foi igualmente manifestado "grande desejo de ter esse espaço" e também o de uma escola portuguesa, à semelhança de Luanda e Lubango.

Em Luanda, Berta Nunes considerou "frutífero" o diálogo com a comunidade, a maior em Angola, cerca de 100 mil portugueses, tendo sido também colocadas algumas questões, que serão vistas bilateralmente a nível do Governo, nomeadamente a questão das cartas de condução, o pagamento de pensões, que neste momento não é possível fazer diretamente em Portugal, e o problema da adesão ao seguro social voluntário, como uma forma de poder fazer descontos diretamente para a segurança social de Portugal.

Sobre o funcionamento dos consulados, Berta Nunes admitiu que existem reclamações e constrangimentos, realçando que um dos objetivos é reforçar o trabalho consular, agora afetado pela covid-19.

"Temos de compreender que com a covid-19 as dificuldades foram maiores, não podemos ter muita gente a ser atendida ao mesmo tempo, tivemos que reorganizar todo o atendimento, também que obrigar a agendar para evitar as aglomerações", explicou.

De acordo com Berta Nunes, a obrigatoriedade do agendamento online é o que tem trazido mais dificuldades às pessoas, sobretudo em Luanda, onde há mais pressão neste momento, sendo necessário mais divulgação do novo modo de funcionamento.

22 Abril 2021

Portugal e Angola estabeleceram dois voos semanais

A secretária de Estado das Comunidades Portuguesas disse hoje, em Luanda, que um acordo entre os Governos de Angola e Portugal estabeleceu dois voos semanais de ligação entre os dois países.

Berta Nunes, que terminou hoje uma visita de cinco dias a Angola, disse que a preocupação da redução de três voos semanais para um foi levantada durante o diálogo com a comunidade portuguesa em Luanda, tendo esclarecido que se trata de um acordo de reciprocidade.

"Tivemos a oportunidade de informar que estamos atentos à situação, mas ter um voo só semanal é uma questão que tem a ver com a reciprocidade, a TAAG tem um voo semanal, a TAP tem um voo semanal, este é também um acordo entre Governos, porque têm de ser autorizados a nível dos Governos", referiu Berta Nunes.

A governante portuguesa frisou que é desejo que as ligações passem a ser mais frequentes, mas é preciso ter em

conta a pandemia. "A preocupação é dos Governos dos dois países e terá de ser de uma forma progressiva. Portugal está a melhorar, a vacinação está a progredir, Angola já iniciou também o processo de vacinação e sabemos que só com o avanço desse processo é que haverá também a segurança necessária para retomar a normalidade", salientou.

A secretária de Estado das Comunidades reiterou que "não é propriamente uma redução de voos", mas sim um acordo entre os dois Governos, de nesse momento ser só um voo semanal (para cada companhia de bandeira) por causa da situação sanitária ainda.

"Há preocupações de ambas as partes, no caso do Governo angolano não tem muitos casos, mas também tem que proteger o seu sistema de saúde, no caso português, os casos também estão controlados, esperemos que estaremos a progredir nos nossos processos de desconfinamento e a monitorizar o número de novos casos e também de internamentos, de doentes em cuidados intensivos", disse.

A pandemia de covid-19 provocou, pelo menos, 3.046.134 mortos no mundo, resultantes de mais de 142,8 milhões de casos de infeção, segundo um balanço feito pela agência francesa AFP. A doença é transmitida por um novo coronavírus detetado no final de dezembro de 2019, em Wuhan, uma cidade do centro da China.

22 Abril 2021

Espanha aproveita o "vazio existencial" de Portugal em Angola

Não podemos negar que as relações bilaterais entre Portugal e Angola sempre sofreram oscilações ao longo da história, mas, e como defenderam alguns empresários e analistas recentemente, a passividade por parte do Governo português nos últimos tempos é notória, muito provavelmente devido às divergências provocadas pelo caso que envolveu o ex-vice-presidente de Angola, Manuel Vicente.

"Esta será a década de Espanha em África", afirmou em Março último o primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez, que recentemente terminou uma visita de Estado ao continente, com uma passagem significativa por Angola, país que um responsável do executivo espanhol não visitava oficialmente há mais de 30 anos (o último foi Felipe González).

Esta simples frase demonstra em muito do que o Governo do país vizinho pretende nos próximos anos, com Angola a assumir um papel fulcral na política dos "nuestros hermanos", ainda mais num período em que as relações entre Portugal e a sua ex-colónia estão em "banho maria", para não dizer mesmo que são praticamente inexistentes nos nossos dias.

Não podemos negar que as relações bilaterais entre Portugal e Angola sempre sofreram oscilações ao longo da história, mas, e como defenderam alguns empresários e analistas recentemente, a passividade por parte do Governo português nos últimos tempos é notória, muito provavelmente devido às divergências provocadas pelo caso que envolveu o ex-vice-presidente de Angola, Manuel Vicente.

Este "vazio" diplomático (e económico) parece querer ser ocupado de vez por Espanha, que encontra em África possibilidades de negócios para os seus empresários em áreas estratégicas, além de diversificar a sua economia para além da Europa e das Américas (e, na globalização, esse é um factor cada vez mais determinante na carteira económica dos países).

Se no passado a presença portuguesa em Angola era vista por parte dos próprios angolanos como fundamental para a sua capacidade produtiva e de crescimento, hoje tal não é mais uma realidade, como comprova aliás a balança comercial favorável a Portugal, que, ano após ano, tem diminuído a olhos vistos com a tendência de equilíbrio para breve, uma clara demonstração de que Angola encontra em outros parceiros soluções comerciais que antes eram entregues em exclusivo a Portugal.

Há duas áreas notórias em que Espanha parece encontrar em Angola um parceiro ideal para a sua expansão comercial (e,

repetimos, expansão estratégica): a indústria petrolífera e a das energias renováveis. Em relação à primeira, não podemos ignorar que o petróleo representa 50% do Produto Interno Bruto, 95% das exportações e 80% da receita pública de Angola, segundo maior produtor do continente.

Apesar de há anos o país procurar diversificar a sua economia e limitar o peso da exportação de petróleo, a verdade é que Angola ainda continua dependente do ouro negro, como admitem os seus próprios políticos.

Já em relação às energias renováveis, um projecto em concreto demonstra como o país pode ser uma referência em breve no continente africano: com um investimento de 525 milhões de euros, o promotor norte-americano Sun Africa LLC, apoiado pelos governos da Suécia e dos Estados Unidos, começou a construir sete centrais fotovoltaicas no país, o que vai fazer com que Angola albergue o maior parque de solar fotovoltaico da África subsariana (a primeira pedra foi colocada no passado dia 11 de Março, em Biopio).

Mas o desejo do Governo espanhol era ampliar ao máximo a sua participação nas principais áreas económicas do país e conseguiu-o com a assinatura de vários acordos e memorandos em áreas como o transporte aéreo, pesca, segurança, defesa, agro-indústria, água, saneamento, tratamento de resíduos sólidos, hospitais e gestão sanitária, bens de capital, turismo, etc.

Este interesse de Espanha em Angola não é de agora, há alguns anos que os espanhóis têm conseguido vir a afirmar-se como parceiro comercial do país. Por exemplo, em 2020, Espanha foi o primeiro cliente europeu dos angolanos e o sétimo fornecedor.

Portanto, não foi por acaso que João Lourenço afirmou publicamente, no final da visita oficial de Pedro Sánchez, que Espanha é hoje o parceiro preferencial de Angola na União Europeia no processo de diversificação da sua economia tendo como objectivo acabar com a dependência excessiva do petróleo.

E, para isso, é necessário investimento externo, com o

Governo espanhol pronto a ajudar e a apoiar os seus empresários (há neste momento 82 projectos de origem espanhola avaliados em mais de 406 milhões de euros distribuídos pelos sectores da indústria, construção civil, prestação de serviços, agricultura e indústria extractiva).

Portanto, e ao que tudo indica, Portugal deixou de ser a solução para o presente e o futuro de Angola. Espanha resolveu assumir de vez esse papel, aproveitando uma certa letargia do Governo português. No mundo de hoje, não há tempo para viver do passado e exigem-se respostas imediatas. Entre o "vai ou não vai" da política portuguesa, Espanha assume-se de vez como a resposta desejada pelo Governo de Angola.

21/04/2021

Angola aprova regime simplificado para micro, pequenas e médias empresas

O Governo angolano aprovou um regime simplificado para Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) para facilitar o acesso a políticas de apoio e a formalização das atividades económicas.

Segundo o despacho presidencial a que a Lusa teve acesso, o objetivo é promover a desburocratização e simplificação do acesso a incentivos e apoios às MPME. As MPME vão passar a ter acesso a um procedimento simplificado de constituição que pode ser requerido em qualquer Guiché Único da Empresa, independentemente da competência territorial.

Os comerciantes em nome individual terão apenas de preencher um requerimento na conservatória. O acesso a apoios e incentivos fiscais só poderá ser feito por empresas que "comprovadamente demonstrem possuir obrigações fiscais totalmente regularizadas" e as MPME passam a beneficiar de "apoio para a resolução de constrangimentos burocráticos" junto de um órgão criado para o efeito.

O diploma introduz também novidades na fiscalização, passando as MPME e comerciantes em nome individual a ter direito a receber uma notificação antes de lhes serem fixadas multas, que será feita "de forma pedagógica" na primeira vez que forem achadas em falta.

As MPME terão também tratamento diferenciado nas compras públicas e nas grandes empreitadas. O Estado e demais entidades públicas deverão consagrar no mínimo 25% do seu orçamento à aquisição de bens e serviços de MPME, sendo também obrigatória uma reserva de 25% para execução de empreitadas de obras públicas, ao abrigo de concursos públicos e por prévia qualificação.

VISÃO ONLINE PT 21.04.2021

Governo angolano vai diferenciar ativos recuperados em função da viabilidade económica

O Governo angolano vai diferenciar os ativos recuperados pelo Estado em função da sua viabilidade económica e rentabilidade, através de um pré-diagnóstico, que definirá o destino a dar às empresas, foi anunciado

A "Estratégia de Abordagem dos Ativos e Bens Recuperados pelo Estado" consta de um despacho presidencial nº48/21 de 19 de abril, consultado hoje pela Lusa. A estratégia compreende seis eixos entre os quais o enquadramento, visão geral sobre os ativos recuperados, estratégia de abordagem aos ativos recuperados e outros.

Assegurar uma "gestão prudente, racional e diligente" dos bens e ativos recuperados no âmbito do processo do combate à corrupção e "prevenir a perda dos respetivos valores" são alguns dos objetivos desta estratégia. Segundo o despacho presidencial, a estratégia aplica-se a empresas, ações e títulos, bens móveis, propriedades imobiliárias e ativo circulante, e "exclui" os depósitos bancários ou equivalentes recuperados no âmbito de processos-crimes e processos cíveis.

Para as autoridades angolanas, é fundamental a determinação de uma "estratégia clara, bem como a gestão cuidadosa dos ativos para assegurar a preservação do valor económico dos bens recuperados sob pena dos custos/perdas superarem os seus proveitos".

A necessidade da rápida devolução para a esfera privada, por via da reprivatização ou liquidação, dos ativos empresariais transferidos para a esfera do Estado, no âmbito do processo de recuperação de ativos criados com fundos públicos, é uma das componentes do "destino e abordagem para os ativos empresariais", consoante a sua viabilidade económica.

As empresas com viabilidade terão como destino a inclusão no Programa de Privatizações (ProPriv) em curso, através de um decreto presidencial que atualiza o referido programa, "definindo um cronograma de ações, visando a alienação de ativos recuperados no mais curto espaço de tempo".

Neste âmbito, e considerando a Oferta em Bolsa de Valores como o procedimento de privatização a adotar para as empresas mais rentáveis, deve-se considerar a possibilidade de o Estado reter uma participação nas referidas empresas, refere-se no despacho.

Será feito o levantamento da estrutura diretiva destas empresas com vista ao seu acompanhamento e nomeação imediata de representantes do estado angolano, caso se considere necessário para salvaguardar o interesse publico. Ao Instituto de Gestão de Ativos e Participações do Estado (IGAPE) angolano é atribuída a missão de exercer os direitos do Estado enquanto acionista no setor empresarial público.

Para as "empresas recuperadas não rentáveis e sem viabilidade económica" a estratégia determina a aceleração dos trâmites legais para a transferência efetiva da titularidade para a esfera do Estado. Promover a sua capitalização com os meios monetários disponíveis, liquidação da empresa e alienação dos respetivos ativos, permitindo encaixe financeiro decorrente do processo, são igualmente medidas para empresas recuperadas

não rentáveis. Neste processo será privilegiado o modelo de leilão eletrónico ou concurso público para garantir maior transparência e maximizar o potencial de arrecadação das receitas para o Tesouro.

O executivo angolano considera que a recuperação de ativos constituídos de forma ilícita deve ser vista, essencialmente, como um importante instrumento de aplicação da lei visando alcançar, de modo geral, a justiça social e a responsabilização.

O Governo angolano defende também que os ativos empresariais transferidos para a esfera do Estado, em sede do processo de recuperação de ativos constituídos com fundos públicos, sejam "rapidamente devolvidos para a esfera privada, por via de reprivatização ou liquidação".

A estratégia, na sua visão geral sobre os ativos recuperados, considera que o processo deve assentar na legalidade, continuidade, no papel do Estado de regulador da economia, na satisfação das necessidades coletivas e justa repartição da riqueza nacional, na economia e transparência.

O processo de recuperação de ativos, a gestão e a eventual alienação destes "deve ser o mais aberto e transparente possível" realça a premissa sobre a transparência. Na abordagem sobre os ativos imobiliários recuperados no país, a estratégia recomenda, entre outras ações, um levantamento junto dos órgãos ministeriais que não possuam sede própria ou que estão em regime de arrendamento "para que possam beneficiar de alguns dos ativos".

Em relação ao destino e abordagem para os ativos que se encontram no estrangeiro, as autoridades angolanas consideram que a mesma contempla reflexões distintas, uma vez que os processos legais para o efeito "implicam a cooperação jurídica internacional e procedimentos mais complexos e morosos".

Pelo menos 50% dos ativos circulantes recuperados "devem reverter a favor de instituições públicas", como a polícia nacional, hospitais públicos, governos provinciais, administrações municipais e outros, define a estratégia.

21/04/2021

Angola já vacinou mais de 400 mil pessoas

O número de pessoas vacinadas com a primeira dose da vacina contra a Covid-19, em Angola, subiu ontem, terça-feira, (20) para 412.703, de acordo com os dados divulgados pelas autoridades sanitárias.

O processo que teve início no passado dia 5 de Março, abrange numa primeira fase, grupos prioritários, nomeadamente, pessoas com idade superior a 65 anos, desde que tenham comorbilidades, profissionais de Saúde, efectivos das Forças de Defesa e Segurança, professores e educadores de infância.

Dados que o Jornal de Angola teve acesso, indicam que a partir de Maio, dar-se-á início à aplicação da segunda dose de vacina que está reservada aos utentes da primeira etapa do processo de vacinação.

Segunda etapa

De acordo com o Ministério da Saúde, assim que terminar a primeira fase da campanha de vacinação dos grupos maiores de 65 anos, o programa será alargado à população com idade superior a 40 anos, onde se estima em 6,4 milhões de pessoas.

21/04/2021

Angola aprova estratégia para prevenir perda de valor de bens recuperados

O Governo angolano aprovou uma estratégia para assegurar uma "gestão prudente, racional e diligente" dos bens e ativos recuperados no âmbito do processo do combate à corrupção e "prevenir a perda dos respetivos valores".

A medida surge no quadro da "Política Estratégica de Combate à Corrupção" que prevê o processo de identificação, localização e apreensão de bens, ativos financeiros ou produtos,

"desviados ilicitamente", que se encontram no país ou no exterior. Segundo o despacho presidencial nº48/21 de 19 de abril, a que a Lusa teve hoje acesso, há necessidade de se "assegurar a prudente e diligente gestão desses ativos por forma assegurar a sua otimização, prevenir a perda de valor comercial, a deterioração, bem como a afetação a favor de serviços públicos essenciais".

A aprovação da "Estratégia de Abordagem dos Ativos e Bens Recuperados pelo Estado", refere o preâmbulo do diploma legal, emana da Lei sobre o Repatriamento Coercivo e Perda Alargada de Bens.

O despacho, assinado pelo Presidente angolano, João Lourenço, observa que a estratégia visa garantir a gestão racional dos mesmos através da minimização dos custos, otimização e eliminação da ociosidade.

"Evitando o seu perecimento ou deterioração da sua capacidade de produção de receitas para a economia, bem como eliminar os riscos de perda de valor, optando por alternativas de maior rentabilidade", lê-se no despacho. Promover o "aumento da receita do Estado com a otimização, rentabilização ou alienação, contribuir para a manutenção ou geração de empregos e igualdade de oportunidades económicas" estão entre os propósitos da referida estratégia.

A mesma propõe-se também a assegurar o registo da titularidade da transferência dos ativos recuperado ao favor do Estado, a "continuidade e estabilidade dos ativos empresariais recuperados com viabilidade económica", visando a "preservação e melhoria do seu valor".

Este instrumento legal aponta ainda a necessidade de se priorizar a alienação dos ativos empresariais mediante a sua introdução no Programa de Privatizações (ProPriv), proceder ao levantamento da estrutura da gestão dos ativos empresariais recuperados até à data e realizar um pré-diagnóstico da situação financeira e patrimonial das empresas.

O Presidente angolano incumbe ao ministro de Estado para a Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, a missão supervisionar a execução da estratégia, no âmbito da Comissão Interministerial para a Implementação do ProPriv.

O combate à corrupção e a impunidade são alguns dos eixos de governação de João Lourenço, no poder há mais de três anos. O Estado angolano já recuperou dezenas de ativos, entre empresas, infraestruturas habitacionais, fazendas e outros, "constituídos com fundos públicos", ações que são desenvolvidas pelo Serviço Nacional de Recuperação de Ativos da Procuradoria-Geral da República (PGR) angolana.

21.04.2021

Ajudas a portugueses no estrangeiro totalizaram 80 mil euros em 2020

O Estado português proporcionou ajudas no valor de 80 mil euros a portugueses no estrangeiro devido à covid-19, anunciou em Luanda a secretária de Estado das Comunidades Portuguesas

O Estado português proporcionou, em 2020, ajudas no valor de 80 mil euros a pessoas em dificuldades no estrangeiro devido à pandemia da covid-19, anunciou hoje, em Luanda, a secretária de Estado das Comunidades Portuguesas.

Berta Nunes fez hoje o balanço de uma visita de trabalho de cinco dias a Angola, na qual manteve contacto com a comunidade portuguesa das províncias de Luanda, Benguela e Huíla.

"Nós já gastamos a volta de 80 mil euros o ano passado, mas tínhamos abertura para gastar mais, isso dependerá da identificação das situações que nos forem comunicadas nos vários países", acrescentou.

Os apoios visam ajudar as comunidades portuguesas no estrangeiro a ultrapassar as dificuldades provocadas pela pandemia da covid-19 e pelo consequente confinamento nos vários países.

Em declarações à imprensa, Berta Nunes disse que as ajudas, que decorrem ao abrigo de um apoio pontual extraordinário, voltaram a ser reativadas este ano, tendo este sido um dos temas abordados, na terça-feira, no encontro com a comunidade em Luanda.

Segundo a responsável, durante o encontro foi dito que continuam a existir "dificuldades e problemas, principalmente por causa do desemprego e, eventualmente, até de algumas situações de salários em atraso por causa da situação da covid-19".

"Nós referimos essa possibilidade, de haver um apoio pontual extraordinário, que está ativo neste momento, e pedimos às associações presentes que identificassem as pessoas que estivessem em maior necessidade junto do consulado, para podermos apoiar essas pessoas com este programa extraordinário, que este ano voltou a ser ativado", frisou.

A governante portuguesa adiantou que, neste momento, em Angola não há muitos casos identificados, salientando que serão consideradas as pessoas que estiverem dentro dos critérios. Os critérios estão relacionados com situações de precariedade resultantes da pandemia, nomeadamente "dificuldade de pagar a renda, medicamentos ou mesmo ter o mínimo para comer e para viver" que poderão beneficiar do apoio extraordinário, referiu.

A pandemia de covid-19 provocou, pelo menos, 3.046.134 mortos no mundo, resultantes de mais de 142,8 milhões de casos de infeção, segundo um balanço feito pela agência francesa AFP. Em Portugal, morreram 16.951 pessoas dos 831.645 casos de infeção confirmados, de acordo com o boletim mais recente da Direção-Geral da Saúde.

A doença é transmitida por um novo coronavírus detetado no final de 2019, em Wuhan, uma cidade do centro da China.

21 Abril 2021

Seca fez deslocar para a Namíbia pelo menos 10.000 angolanos nos últimos três meses

A Namíbia registou, nos últimos três meses, a entrada ilegal de cerca de 10.000 angolanos, afetados pela seca, situação que preocupa as autoridades daquele país, disse hoje o embaixador do país vizinho em Angola.

Patrick Nandago falava à margem da 21.ª reunião bilateral entre os ministérios do Interior de Angola e da Namíbia, que hoje arrancou até sexta-feira no Lubango, capital da província angolana da Huíla, para abordar temas de interesse comum, nomeadamente a imigração, ordem e segurança pública.

O diplomata namibiano, citado pela agência noticiosa angolana, Angop, frisou que a seca que afeta províncias do sul de Angola também atingiu o norte da Namíbia, manifestando preocupação com a imigração ilegal de angolanos para o seu país.

Segundo Patrick Nandago, dados do Ministério do Interior da Namíbia revelam a existência, nos últimos três meses, de pelo menos 10.000 angolanos de forma irregular na Namíbia, afetados pela seca e em situação difícil.

O embaixador da Namíbia em Angola considerou degradantes as condições de vida das pessoas, afastando a hipótese de uma crise humanitária, por enquanto, sendo necessário que as autoridades de ambos os países se empenhem na busca de uma solução.

Patrick Nandago manifestou também a disponibilidade do seu país para a abertura de fronteira com Angola, encerrada em março de 2020, devido à pandemia de covid-19, com exceção para situações de saúde, sobretudo de angolanos.

De acordo com o diplomata namibiano, o encerramento da fronteira afetou negativamente a vida dos dois povos, com destaque para os das províncias angolanas do Cuando Cubango, Cunene, Namibe e, parte da Huíla, de onde são muitos jovens que

estudam na Namíbia. "Esses jovens, em 2020 não puderam estudar, em função do encerramento da fronteira. Temos também um número considerável de angolanos que buscam [serviços de] saúde na Namíbia, pois embora haja algumas maneiras de facilitar a entrada, ainda se registam certos embaraços", indicou.

A disponibilidade do Governo da Namíbia será manifestada durante o encontro, disse Patrick Nandago, esperando que Angola acolha a proposta namibiana, que já enviou alguns oficiais para a região fronteiriça de Oshikango para tratar dessa questão, frisando que é preciso que as pessoas cumpram com as medidas de biossegurança de prevenção do covid-19 recomendadas pelas autoridades.

A agenda de trabalhos, que hoje e quinta-feira está a ser levada a cabo por peritos dos dois países, coordenada da parte angolana pelo comandante-geral da Polícia Nacional, Paulo de Almeida, termina sexta-feira com a assinatura de vários acordos em matéria de ordem e segurança interna, ato a ser presidido pelo ministro do Interior angolano, Eugénio Laborinho.

A imigração ilegal, o tráfico de drogas, o roubo de gado, a situação carcerária e a reabertura da fronteira entre os dois países, bem como reforço da cooperação em matérias de especialidade, são os temas que vão dominar os três dias de trabalho.

PORTUGAL

O Jornal Económico 22 Abril 2021

Ferro Rodrigues concorda com Marcelo quanto à lei do enriquecimento ilícito

"Com a atual lei já é obrigatório que os titulares de cargos que referi [deputados, membros do Governo, autarcas juízes e procuradores] façam as declarações de rendimento e património. Acontece que há uma Entidade da transparência que ainda não foi instalada e que depende do Tribunal Constitucional", afirma Ferro Rodrigues, acrescentando que "não faz sentido" esta entidade não ter sido ainda instalada.

O presidente da Assembleia da República (AR) concorda com Marcelo Rebelo de Sousa quanto à urgência de melhorar a lei contra o enriquecimento ilícito e diz que isso pode ser feito sem pôr em causa princípios constitucionais.

Numa entrevista ao jornal Público, Ferro Rodrigues defende que a lei que existe pode ser melhorada e que tal é possível sem colocar em causa os princípios da presunção da inocência e da inversão do ónus da prova.

Diz também que a proposta da Associação Sindical dos Juízes sobre o assunto "é perfeitamente complementar" e pode melhorar a verdadeira ação contra o que apelida de "vigarices".

"Com a atual lei já é obrigatório que os titulares de cargos que referi [deputados, membros do Governo, autarcas juízes e procuradores] façam as declarações de rendimento e património. Acontece que há uma Entidade da transparência que ainda não foi instalada e que depende do Tribunal Constitucional", afirma Ferro Rodrigues, acrescentando que "não faz sentido" esta entidade não ter sido ainda instalada.

Contudo, o presidente da AR sublinha o relatório do grupo internacional que estuda a evolução da corrupção nos diversos países (Greco), que considera positiva a evolução de Portugal no que diz respeito ao cumprimento das recomendações sobre o tema da prevenção da corrupção.

"O que quer dizer que há quem, sem querer, faça o jogo de todos os populismos, sobretudo os do nacionalismo de extrema-direita, ao estar a gritar 'corrupção, corrupção, corrupção' quando os organismos internacionais que fiscalizam o Estado e o funcionamento da sociedade portuguesa não provam nada disso", afirma.

Sobre as declarações do presidente da Câmara de Lisboa, que afirmou que o comportamento de antigo primeiro-ministro José Sócrates corrói o sistema democrático, Ferro Rodrigues recusa comentar, diz que não é comentador político e que seria "impróprio" que o Presidente da AR se manifestasse "fosse a que nível fosse" sobre um processo que ainda está a decorrer.

"Mesmo em termos políticos ou morais, só me pronunciarei quando ele tiver transitado em julgado", afirma. Ferro Rodrigues diz ainda que a atitude do primeiro-ministro sobre este assunto "foi uma atitude de defesa do PS, como lhe competia".

Sobre o próximo Orçamento do Estado, Ferro Rodrigues defende que o Governo deve ser "mais proativo" a negociar com os partidos de esquerda, mas também a dialogar com o PSD e que quem tiver responsabilidade por qualquer crise política "vai pagar severamente nas urnas".

Fundador: Francisco Pinto Balsemão
Expresso
22 Abril 2021

Bazuca: Portugal entregou versão final em Bruxelas: "Exige celeridade, rigor e escrutínio na execução", diz Costa

Governo já entregou versão final do Plano de Recuperação e Resiliência em Bruxelas, tornando Portugal no primeiro país a fazê-lo. Primeiro-ministro sublinha acrescentos após a discussão pública e sinaliza fiscalização permanente. Von der Leyen já agradeceu

O primeiro-ministro, António Costa, anunciou que o Governo português já fez a entrega formal à Comissão Europeia da versão final do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), esta quinta-feira de manhã. Portugal cumpre, assim, o objetivo auto-

proposto: ser o primeiro país da UE a entregar a versão final, negociada com a Comissão Europeia. Numa sequência de tweets, António Costa quis sinalizar pressa na execução - pese embora o plano só possa ser oficialmente posto em prática quando todos os países da UE tiverem ratificado o seu pressuposto, a emissão de dívida pela UE.

O processo vai adiantado, depois da ratificação alemã confirmada pelo respetivo Tribunal Constitucional, mas ainda falta quase uma dezena de países para dar o processo como terminado.

Mas para Costa não há tempo a perder: "Exige celeridade, rigor e escrutínio na execução", afirmou o primeiro-ministro, acrescentando que haverá "fiscalização política pelo Parlamento, acompanhamento pela sociedade na Comissão de Acompanhamento, fiscalização pelo Tribunal de Contas e Ministério Público", mas também um "Portal da Transparência" que "garante que os cidadãos sigam a par e passo a execução do Plano."

Nas primeiras palavras sobre a "bazuca" portuguesa, António Costa quis sublinhar também a abertura do Governo à discussão pública. "O Plano de Recuperação e Resiliência, desenvolvido com base na visão estratégica elaborada pelo Prof. Antonio Costa Silva, está articulado com o próximo PT2030 e foi objeto de ampla participação que autonomizou, por exemplo, dois novos capítulos dedicados à #Cultura e ao #Mar.

E prometeu que o plano será "executado de forma descentralizada e em parceria, com Regiões e Autarquias, empresas e instituições do ensino superior, cientistas e agentes culturais e instituições da economia solidária e social." A presidente da Comissão Europeia também já deu conta da entrega do documento. E sublinhou o objetivo final: ter tudo no terreno já no verão:

"Pela Europa fora, podemos ver as campanhas de vacinação a acelerar. Em paralelo, é agora de toda a importância lançar o NextGenerationEU [que inclui não só o Plano de Recuperação e

Resiliência mas também o REACT EU e as verbas do Desenvolvimento Rural e do Fundo Transição Justa]. A recuperação económica deve andar de mãos dadas com uma melhoria da situação sanitária no terreno. Dou as boas-vindas ao Plano de Recuperação e Resiliência como o primeiro submetido à Comissão. (...)

A Comissão está ansiosa por avaliar o plano português, que se centra na resiliência e transições climática e digital e inclui projetos em quase todas as áreas de referência. Vamos continuar a dialogar intensamente com os Estados-Membros para os ajudar a concluir planos de alta qualidade", frisou Ursula von der Leyen, em comunicado.

António Costa comunicou este passo do seu executivo no final de uma conferência de imprensa conjunta com o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, em Andorra, após a XXVII Cimeira Ibero-Americana.

"O ministro do Planeamento [Nelson de Sousa] informou-me há pouco que na sexta-feira de manhã entregará o PRR à Comissão Europeia. O trabalho realizado ao longo dos últimos meses produziu os seus frutos", declarou o líder do executivo português.

22 Abril 2021

PRR: Von der Leyen saúda Portugal por ser primeiro país a entregar plano de recuperação

"Continuaremos a colaborar intensamente com os Estados-membros para os ajudar a apresentar planos de alta qualidade [sendo que] o nosso objetivo continua a ser a adoção de todos os planos até ao verão", adianta a presidente da Comissão.

A presidente da Comissão Europeia saudou hoje Portugal por ter sido o primeiro país a entregar a Bruxelas o seu Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), notando que o documento está "estruturado em torno" das três prioridades europeias. "A presidente Ursula von der Leyen congratula-se com a primeira

apresentação oficial de um plano de recuperação e resiliência por Portugal", informa o executivo comunitário num comunicado de imprensa.

Notando que "o PRR de Portugal é o primeiro plano oficialmente apresentado à Comissão", a responsável aponta que "o plano português está estruturado em torno dos três pilares da resiliência, transformação verde e digital", as prioridades europeias deste mandato, incluindo "medidas na habitação social, eficiência energética nos edifícios e escolaridade digital".

"O plano propõe projetos em seis das sete áreas emblemáticas europeias" aponta ainda Ursula von der Leyen, assinalando que a apresentação do documento português "segue-se a um intenso diálogo entre a Comissão e as autoridades portuguesas ao longo dos últimos meses" de preparação.

A responsável diz agora aguardar "com expectativa a avaliação do plano português, que se centra na resiliência, clima e transições digitais e inclui projetos em quase todas as áreas emblemáticas europeias".

O Governo entregou o PRR à Comissão Europeia pelas 06:51, através da plataforma informática oficial, tornando-se no primeiro Estado-membro da União Europeia a entregar a versão final, informou o executivo português.

O documento prevê projetos de 16,6 mil milhões de euros, dos quais 13,9 mil milhões de euros dizem respeito a subvenções a fundo perdido. O Governo diz ter ainda "em aberto" a possibilidade de recorrer a um valor adicional de 2.300 milhões de euros em empréstimos.

Na sua posição, Ursula von der Leyen insta os outros países da UE a também submeterem os seus planos a Bruxelas. "Continuaremos a colaborar intensamente com os Estados-membros para os ajudar a apresentar planos de alta qualidade [sendo que] o nosso objetivo continua a ser a adoção de todos os planos até ao verão", adianta.

Ursula von der Leyen apela também à ratificação da decisão dos recursos próprios, "para os primeiros pagamentos serem

feitos", com desembolsos de pré-financiamento de 13%. Em fevereiro deste ano, o Conselho da UE adotou o regulamento que cria o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, avaliado em 672,5 mil milhões de euros e que está no centro do "Next Generation EU", o plano de 750 mil milhões de euros aprovado pelos líderes europeus em julho de 2020.

Estes são os principais instrumentos para recuperação económica na UE pós-crise da covid-19. Relativamente ao mecanismo, os países da UE têm até 30 de abril de 2021 para apresentar os PRR que definam os seus programas de reforma e de investimento até 2026.

Portugal (juntamente com Espanha, França e Grécia) fazia parte do grupo de Estados-membros mais avançados nos planos nacionais de reforma. Porém, a grande maioria dos Estados-membros só deverá entregar os seus planos perto do final do prazo, dispondo depois o executivo comunitário de até dois meses para os avaliar (apesar de existir um trabalho preparatório conjunto), seguindo-se uma apreciação pelo Conselho, de um máximo de um mês.

A ambição da presidência portuguesa é conseguir a aprovação dos primeiros planos até final de junho. Para a Comissão poder ir aos mercados angariar o financiamento do plano de recuperação, todos os Estados-membros têm de ratificar a decisão dos recursos próprios, depois de ter ficado resolvido na quarta-feira o maior impasse, que dizia respeito à Alemanha e ao seu Tribunal Constitucional.

Diário de Notícias 22 Abril 2021

Compra de mais vacinas de ARN está a ser estudada para evitar atrasos no processo

Vacina da J&J vai começar a ser distribuída e aplicada na próxima semana em Portugal, mas há especialistas a propor às autoridades a compra de mais vacinas de ARN para evitar contratempos na vacinação. Até agora, a da Pfizer e da

AstraZeneca são as únicas aprovadas na UE. Primeiro foi o embate com a vacina da AstraZeneca, com Portugal e outros países a recomendarem a sua aplicação só a partir dos 60 anos. Agora, o embate com a vacina da Johnson & Johnson (J&J), sobre a qual a Agência Europeia do Medicamento (EMA) confirma haver uma "possível" relação entre a toma desta e a formação de coágulos.

Uma relação que levou especialistas portugueses a defenderem junto das autoridades de saúde que se seguisse com esta vacina a mesma prática que foi adotada com a da AstraZeneca.

"Face à exposição da EMA, é muito provável que haja uma decisão semelhante à que foi tomada com a vacina da AstraZeneca", afirmaram ao DN. Mas e o que fazer com as faixas etárias mais jovens e grupos de risco com patologias que estão abaixo dos 60 anos? Aí, esta situação traz mais limitações, tendo em conta que é também população que precisa de ser vacinada - as vacinas ainda são a maior arma contra a doença, "salvam vidas", sublinhou ontem a comissária Europeia da Saúde, Stella Kyriakides, na conferência da EMA.

O DN sabe que a Comissão Técnica de Vacinação esteve ontem reunida para avaliar a situação da vacina da J&J, mas que não foi tomada uma decisão oficial, o que só deverá acontecer hoje ou amanhã.

No entanto, fonte da task force referiu ao DN que o que está planeado e agendado é a distribuição desta vacina para as Administrações Regionais de Saúde (ARS) já a partir da próxima semana para que comecem a ser administradas à faixa etária considerada prioritária nesta segunda fase do plano de vacinação - os maiores de 70 anos, que correm menos riscos de eventos trombóticos.

Em conferência de imprensa, ontem, no Ministério da Saúde, Marta Temido assumiu não haver restrições no uso da vacina da J&J, precisamente porque "o plano de vacinação está focado nos mais de 70 anos", e neste sentido, neste momento,

como referiu, "não há qualquer restrição desta vacina neste grupo etário". Quanto aos grupos de risco por patologias prioritários nesta fase, diabetes, obesidade grave, doença oncológica ativa, transplantação, imunossupressão, doenças neurológicas graves e doenças mentais, o DN também quis saber junto da Direção-Geral da Saúde que vacina irá ser dada, se vai ser usada a da J&J ou uma de ARN mensageiro, mas não obteve resposta.

No entanto, alguns especialistas defenderam ao DN que ao considerar-se usar a vacina da J&J deve ter-se em conta os subgrupos em que foram detetados eventos tromboembólicos (idade e género).

Especialistas querem mais vacinas de ARN mensageiro

Na terça-feira, a EMA prometeu fornecer mais dados em breve sobre a situação da J&J. O Centro de Controlo de Doenças dos Estados Unidos da América também deve anunciar nesta quinta-feira o que vai fazer em relação a esta vacina, mas, no entretanto, o mundo precisa de vacinas para as populações mais jovens.

De tal forma, que em Portugal já há especialistas que defendem junto das autoridades de saúde que sejam estudadas outras opções, nomeadamente a compra de mais vacinas de ARN mensageiro, que até agora não têm revelado efeitos secundários tão graves. É o caso da vacina da Pfizer e da Moderna que são as únicas à base de ARN mensageiro que estão aprovadas no mercado da União Europeia.

"É uma das propostas que está agora em cima da mesa das autoridades", afirmaram ao DN. Até porque, explicaram-nos, seria uma forma de avançar com o processo sem contratempos". Segundo estes especialistas, Portugal poderá avançar para esta solução mesmo através da aquisição feita pela União Europeia, era uma questão de optar mais por umas vacinas do que por outras, embora as de ARN sejam de dose dupla.

E recordam que a própria UE já está a seguir este caminho. pois esta semana já anunciou a compra de mais 100 milhões de

vacinas à Pfizer, passando para 600 milhões de vacinas o total que deve receber até ao final do ano. Ao que apurámos, a proposta está a ser avaliada pelas autoridades de saúde portuguesas, mas nestas há outros especialistas que defendem não ser esta a solução mais rápida.

"Todos nós desejamos, nesta altura, a compra de mais vacinas, mas se forem adquiridas agora não chegam amanhã e nós precisamos de começar a vacinar população mais jovem", argumentam. Para estes especialistas, a solução está em adaptar-se as vacinas já disponíveis aos grupos que temos a vacinar de imediato.

O DN quis saber ainda junto da task force se os contratos assumidos para a compra da vacina da J&J, que previam a entrega de 2,5 milhões de doses durante o segundo trimestre e de 4,5 milhões na totalidade até ao final do ano, se mantinham ou se iriam ser alterados, mas também não obteve resposta durante a tarde de ontem.

Filipe Froes, pneumologista e um dos especialistas que integram a comissão do Plano Nacional de Vacinação, defendeu mesmo que se comece a desenvolver um novo conceito: o de vacinologia de precisão. E explicou: "Em relação à covid-19 temos optado muito por uma medicina de precisão e deveríamos fazer o mesmo em relação à vacinação."

O médico, que é o porta-voz do Gabinete de Crise da Ordem dos Médicos para a covid-19, reforça: "Ou seja, à medida que vamos vacinando mais população vamos procurando subgrupos que revelem um risco muito discreto em relação a efeitos adversos e que possam ser vacinados com determinadas vacinas".

No caso das vacinas da J&J e da AstraZeneca, refere Filipe Froes, "já percebemos que a formação de coágulos não atinge a população acima dos 50-60 anos, portanto estes podem ser vacinados com as duas vacinas, mas também já se percebeu que a população masculina é pouco afetada, portanto a seleção deste subgrupo pode ser uma solução para as vacinas da J&J e da AstraZeneca".

É preciso saber se problema da vacina está na sua origem

O imunologista Manuel Santos Rosa, professor na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, aconselha que a seleção de subgrupos por idade ou por género deve ser mais estudada até se fazerem recomendações ao uso das vacinas. "Ainda não há confirmação, mas o problema destas vacinas pode estar no facto de terem um vetor viral, levando à manifestação de sintomas semelhantes aos que provocam a doença naturalmente.

A covid-19 é acompanhada de coagulopatia. Por isso, é difícil, nesta fase, fazer recomendações sem se perceber quais são os fatores de risco específicos que levam a este tipo de efeito adverso". O professor sublinhou que o conhecimento científico de que dispomos neste momento - já se percebeu que afeta uma camada de pessoas mais jovens e mais mulheres - não é suficiente.

"É preciso saber o porquê e quais são os riscos específicos". Mas, na sua opinião, há algo que nos dá alguma tranquilidade no uso das vacinas da AstraZeneca e da J&J: "não haver um único caso na faixa etária acima dos 60 anos. Isto é o conhecimento científico que temos, tudo o resto é preciso investigar para se saber se o problema está na origem da vacina ou no seu vetor", explicou Manuel Santos Rosa.

Portugal já administrou 2 679 590 doses de vacinas, tendo neste momento 7% da população com a vacinação completa (689 329 pessoas) e 20% com a primeira dose (2 015 225). De acordo com o site ourwordlindata.org, Portugal está a meio da tabela na União Europeia, 13.º lugar, em termos de população com vacinação completa, mas faltam mais vacinas sem contratempos para acelerar o processo.

Parte da esperança reside nas novas vacinas que a UE está a avaliar. Como referiu ontem o presidente do Infarmed, Rui Ivo, "a EMA está a analisar a informação sobre as doses da alemã CureVac e da Novavax (EUA), sendo expectável o início do processo também para as vacinas da Sinovac (China) e da russa Sputnik V".

O Jornal Económico 22 Abril 2021

Ibero-americana: Costa elogia "multilateralismo" do Brasil e diz que Portugal fornecerá vacinas a Andorra

Em relação à vacinação, o líder do executivo disse que Portugal, através do mecanismo Covax, tem contribuído para a sua distribuição, designadamente fazendo uma reserva de cinco por cento das vacinas para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste.

O primeiro-ministro, António Costa, elogiou hoje o "compromisso pelo multilateralismo" assumido pelo Brasil na Cimeira Ibero-Americana e anunciou que Portugal vai juntar-se a Espanha e França no fornecimento de vacinas anti-covid-19 a Andorra.

Estas posições foram transmitidas por António Costa no final da XXVII Cimeira Ibero-Americana, numa conferência de imprensa conjunta com o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e com o seu ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva.

"Houve um apoio generalizado à proposta que o presidente do Conselho Europeu [Charles Michel] tem desenvolvido no sentido de haver um tratado internacional sobre as pandemias, de forma a que no futuro estejamos melhor preparados para evitar situações como a atual", declarou o primeiro-ministro, numa alusão a um dos temas centrais do discurso que proferira horas antes.

Em relação à vacinação, o líder do executivo disse que Portugal, através do mecanismo Covax, tem contribuído para a sua distribuição, designadamente fazendo uma reserva de cinco por cento das vacinas para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste.

"Tive hoje a oportunidade de transmitir ao Governo de Andorra, país que tem 10% da população de origem portuguesa, que iremos disponibilizar também vacinas, juntando-nos ao apoio que a França e Espanha já prestam" a este principado que não faz

parte da União Europeia, referiu António Costa. O primeiro-ministro considerou ainda que nesta cimeira foi "gratificante ouvir o Governo brasileiro", através de um responsável do Ministério das Relações Exteriores, "agradecer expressamente o grande esforço que a indústria portuguesa está a fazer parte assegurar o abastecimento de anestésicos fundamentais para a entubação de doentes de covid-19 em unidades de cuidados intensivos".

Mas António Costa foi ainda mais longe: "Quero aqui saudar o regresso do Brasil a uma posição ativa nestas cimeiras, designadamente a declaração muito claramente expressa do seu compromisso com o multilateralismo no quadro ibero-americano". "Para nós, isso é muito reconfortantes, porque assim não seremos os únicos a falar português", comentou.

Na conferencia de imprensa, António Costa, assim como o ministro Augusto Santos Silva, destacaram o arranque do acordo subscrito por oito Estados ibero-americanos para a livre circulação de talentos, desde estudantes, licenciados ou quadros qualificados.

Em relação à presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, o primeiro-ministro disse esperar avançar até junhos com a conclusão de acordos com o México e Chile, mas também "dar um passo em frente para o acordo com o Mercosul". "Será o maior acordo económico do mundo", acrescentou.

Diário de Notícias 22 Abril 2021

DGS dá início a vacinação de quem tem entre 16 e 79 anos

Todos os que tenham menos de 60 anos só vão receber uma dose de vacina "independentemente de ser uma vacina com esquema vacinal de uma ou duas doses".

A Direção-Geral de Saúde (DGS) anunciou esta quarta-feira que atualizou as normas de vacinação contra a covid-19 devido a uma maior disponibilidade de doses e vai começar a vacinação de pessoas entre 16 e 79 anos.

Em comunicado divulgado este dia, a DGS indica que, na segunda fase do plano de vacinação, são definidas duas estratégias distintas: "a vacinação por faixas etárias decrescentes, até aos 16 anos, e de pessoas com 16 ou mais anos e que tenham doenças com risco acrescido de covid-19 grave ou morte".

Entre as doenças que darão prioridade na toma da vacina, independentemente da idade, conta-se a diabetes, obesidade grave, doença oncológica ativa, transplantação e imunossupressão, doenças neurológicas graves e doenças mentais, refere.

Além disso, aqueles que recuperaram de infeção por covid-19 "há pelo menos seis meses" também estão incluídos na segunda fase de vacinação, "de acordo com o grupo prioritário ou a faixa etária a que pertencem".

A DGS anunciou ainda que, quando for iniciada a administração de doses a pessoas com menos de 60 anos, "a vacinação será feita com apenas uma dose, independentemente da vacina".

"O Plano de Vacinação é dinâmico, evolutivo e adaptável à evolução do conhecimento científico e à calendarização da chegada a Portugal das diferentes vacinas contra a covid-19", explica a entidade, sublinhando que o objetivo é "salvar vidas, através da redução da mortalidade e dos internamentos" e "preservar a resiliência do sistema de saúde e do sistema de resposta à pandemia e do Estado".

Na primeira fase, e porque havia um cenário de escassez de doses de vacinas, o plano definiu como grupos prioritários, além dos trabalhadores da área de saúde, também os que tinham mais de 80 anos, os idosos institucionalizados em lares ou na rede de cuidados continuados e os maiores de 50 anos que tinham doenças de risco.

Na segunda fase, serão vacinadas as pessoas com idades entre os 16 e 79 anos, por faixas etárias decrescentes e dando prioridade a quem tenha doenças de risco, continuando também a

ser administradas vacinas aos trabalhadores de áreas essenciais do Estado. De acordo com o comunicado, durante a segunda fase, serão também vacinadas as pessoas que recuperaram de infeção por Sars-CoV-2, há, pelo menos, seis meses, incluindo as que que receberam a primeira dose.

Todos os que tenham menos de 60 anos só vão receber uma dose de vacina, avisa a DGS, sublinhando que isso acontecerá "independentemente de ser uma vacina com esquema vacinal de uma ou duas doses". As duas doses continuarão a ser administradas a pessoas que recuperaram da infeção e que apresentem condições de imunossupressão.

A DGS também atualizou as patologias que determinam que seja dada prioridade na toma de vacinas, independentemente da idade, passando a estar incluídas as pessoas com neoplasia maligna ativa (cancro), os transplantados e candidatos a transplante, e os que sofrem de imunossupressão.

Também as doenças neurológicas, mentais, cardiovasculares, hepáticas crónicas, pulmonares crónicas ou quem sofra de diabetes ou de obesidade terá prioridade, de acordo com a norma atualizada de vacinação.

A prioridade manter-se-á no que concerne aos profissionais de saúde e profissionais envolvidos no sistema de resposta à pandemia e do Estado. Segundo a DGS, Portugal registou na quarta-feira uma morte atribuída à covid-19, mais 610 casos de infeção e uma nova descida no número de internamentos.

Fundador: Francisco Pinto Balsemão
Expresso
22 Abril 2021

Pandemia arrasta TAP para um prejuízo recorde de 1,2 mil milhões em 2020

Com os aviões em terra a partir de março, a TAP fechou o ano 2020 com um prejuízo de mais de 1,2 mil milhões euros. As receitas caíram quase 70% para 1,060 mil milhões de euros e os gastos operacionais recuaram 37,7% para 2,024 mil milhões de euros

Foi um ano desastroso para a TAP e para todas companhias aéreas, com a pandemia a arrastar as contas prejuízos violentíssimos. Com menos 12,4 milhões de passageiros transportados, a companhia aérea apresentou um resultado líquido negativo de 1,230 mil milhões de euros, contra um prejuízo de 106 milhões de euros em 2019. Os dados foram revela pela TAP em comunicado enviado à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

As receitas da companhia aérea portuguesa caíram a pique a partir de março, mês em que a pandemia de Covid 19 obrigou a TAP a deixar os aviões em terra. Em 2020 as receitas operacionais recuaram 67,9%, passando de 2,2 mil milhões de euros em 2019 para 1,060 mil milhões de euros em 2020.

A companhia explica que a "diminuição ficou a dever-se sobretudo ao decréscimo dos rendimentos de passagens em 2,065 mil milhões de euros (-70,9%), e da atividade de manutenção para terceiros que registou um decréscimo de 143,4 milhões de euros (-67,9%) face ao período homólogo do ano anterior".

O impacto foi fortíssimo também no EBIT (resultado operacional), que passou de 1,011 mil milhões de euros positivos em 2019, para 964,8 milhões de euros negativos em 2020. "Se ajustado de itens não recorrentes e custos de restruturação, o EBIT recorrente seria de menos 858,4 milhões de euros e o EBITDA recorrente seria de menos 273,7 milhões de euros", explica a TAP.

Os gastos operacionais da companhia também caíram, embora menos que as receitas, desceram 37,7% para 1,2 mil milhões de euros. A TAP salienta que esta redução "é maioritariamente explicada pela redução significativa dos custos variáveis indexados ao decréscimo da operação, em função da rápida decisão da empresa em ajustar a capacidade e das negociações havidas com fornecedores e lessors, assim como a redução dos custos com pessoal".

A rubrica dos custos com trabalhadores baixou de 678,6 milhões em 2019 para 419,7 milhões de euros em 2020, frutou sobretudo do lay off simplificado e da aplicação do regime de apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade.

A companhia terminou o ano passado com 8106 trabalhadores contra 9006 em 2019, as saídas refletem essencialmente a não renovação de contratos a prazo. Os efeitos dos cortes decorrentes do plano de reestruturação e das negociações de acordos de emergência com os sindicatos só irão começar a sentir-se em 2021.

A companhia explica que os "custos operacionais são adicionalmente penalizados pelos custos não recorrentes com imparidades", no valor de 44,1 milhões de euros, e também pelos custos com a reestruturação, que ascenderam a 96,1 milhões de euros.

A TAP viu o número de passageiros cair abruptamente. Em 2020 a companhia transportou menos 72,7% dos passageiros do que em 2019, ou seja, os números desceram de um recorde 17 milhões para 4,6 milhões.

A companhia salienta que negociou um acordo com a Airbus, que permitiu reduzir o investimento (CAPEX) nos anos de 2020 a 2022 em cerca de mil milhões de dólares, na sequência da alteração dos contratos de aquisição de aeronaves das famílias A320neo e A330neo. A TAP terminou o ano de 2020 com uma frota operacional de 96 aviões, menos nove aviões do que em 2019.

A TAP salienta, no comunicado enviado à CMVM, um impacto positivo das diferenças de câmbio no montante de 162,1 milhões de euros, relacionadas com a apreciação do euro face ao dólar, sublinhando que este ganho mais do que compensou a penalização sofrida pela desvalorização do real face ao euro. Como impacto negativo a companhia assinala os custos de cobertura do fuel, no montante de 165,3 milhões de euros, em resultado da quebra de atividade sofrida pela pandemia de COVID-19.

A companhia sublinha ainda que. de acordo com os dados da IATA, o resultado líquido no setor da aviação em 2020 diminuiu significativamente, sendo esperados resultados negativos em todas as regiões num total de 118,5 mil milhões de dólares, valor que compara com 26,4 mil milhões de dólares positivos em 2019. "Este efeito sem precedente do impacto da pandemia no setor da aviação, teve como consequência apoios estatais às companhias aéreas um pouco por todo o mundo", frisa.

A transportadora explica que "atuou com agilidade e rapidez aos primeiros sinais de impacto da pandemia, assim como às diversas restrições de mobilidade e de fronteiras que foram sendo impostas ao longo do ano, garantindo sempre a continuidade territorial no País, adequando a sua oferta de capacidade, minimizando assim custos operacionais variáveis e preservando caixa".

Estas medidas, salienta, "permitiram à TAP manter liquidez suficiente até à formalização do auxílio de Estado, concretizado mediante um financiamento concedido pelo Estado Português à TAP com o valor de 1,2 mil milhões de euros, cuja primeira tranche foi recebida a 17 de julho de 2020".

As tranches subsequentes deste financiamento foram recebidas até 31 de dezembro de 2020, o que levou a companhia a terminar o ano de 2020 com uma forte posição de liquidez de 518,8 milhões de euros.